



MILENE DE CARVALHO LIMA

**LAVAGEM DE CAPITAIS
E AS CIFRAS DOURADAS DA CRIMINALIDADE**

Caçapava-SP

2022

MILENE DE CARVALHO LIMA

**LAVAGEM DE CAPITAIS
E AS CIFRAS DOURADAS DA CRIMINALIDADE**

Pré-projeto de monografia apresentado como requisito básico para a aprovação na Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Pesquisa, do curso de Direito da Faculdade Santo Antônio.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Marcelo.

Caçapava-SP

2022

RESUMO

Em apertada síntese, o presente projeto tem por objetivo demonstrar a problemática do Crime de Lavagem de Capitais previsto na Lei nº 9.613 no cenário nacional e internacional, construir um raciocínio dos motivos que levam o indivíduo a praticar o referido delito e estabelecer uma conexão entre os denominados “White Collar Crimes” (Crimes de Colarinho Branco) no contexto criminológico da punição estatal atual. A ideia de expor o tema surge diante do cenário de impunidade para as pessoas ricas e poderosas que passam, ao longo dos anos, a delinquir sem medo do que pode acontecer, pois sabem que muito provavelmente não irão ter o mesmo destino dos delinquentes pobres e desprovidos de influência e poder. Faço todo o exposto concluso com respaldo em Leis, Doutrinas, Jurisprudências, Costumes e para que o leitor tenha um olhar sistemático e técnico acerca do tema e não se deixe levar por qualquer tipo de pensamento político ao enxergar o que será exposto. Em sua essência, a monografia se baseia e conecta as seguintes áreas do Direito: Criminologia, Legislação Criminal, Direito Criminal e Processo Criminal. Outrossim, importa frisar que para todo o redigido utilizo eventos reais ocorridos na sociedade como forma de exemplificar a criminalidade.

Palavras-chave: White Collar Crimes. Criminologia. Impunidade. Cifras Douradas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2 OBJETIVOS	02
2.1 Geral	03
2.2. Específicos	04
3. JUSTIFICATIVA	05
4. REVISÃO DA LITERATURA /OU/ REFERÊNCIAS TEÓRICOS	06
5 METODOLOGIA	07
6 CRONOGRAMA	08
7 REFERÊNCIAS	09

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva de responsabilização penal para os indivíduos ricos e poderosos apresenta-se diferente para aqueles desprovidos dessas benesses no contexto sociológico e isso nos leva a crer que a justiça não é cega, como prega o Direito. Com isso, a irresignação que reside na punição para os Crimes de Colarinho Branco e mais especificamente, para o Crime de Lavagem de Capitais, se mostra motivada, vez que muito raramente é possível enxergar uma pessoa poderosa atrás das grades.

Restou comprovado, no Brasil, a problemática destes crimes no ano de 2014, quando veio à tona a “Operação Lava Jato” da Polícia Federal e que até a presente data tem os seus desdobramentos. Ocorre o seguinte: A investigação promovida pela Polícia Federal, em diversos tipos de crimes de Colarinho Branco, se mostrou completamente prejudicada e perdeu força ao longo dos anos, uma vez que indivíduos integrantes da política, da elite e completamente banhados de riqueza estavam envolvidos e eram os alvos principais.

Evidentemente, é raro encontrarmos aquelas pessoas que foram investigadas com a devida punição estatal, e a criminologia explica o motivo desse fato. O que não se pode é se contentar com a realidade fática atual e deixar inócua a famosa frase de Salvador Allende, que aduz o seguinte: “Não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante todos”. Assim, será que é possível reverter não apenas as Leis brandas para estes crimes, mas também a mentalidade criminosa presente na sociedade?

1.1 PROBLEMA

Ante todo o exposto em relação ao Crime de Lavagem de Capitais, é certo que o mesmo é apenas uma gota d’água em um mar de crimes de responsabilização penal indevida. Mas a modificação da responsabilização no Ordenamento Jurídico vigente seria suficiente para reverter a situação de injustiça, ou também seria necessária a alteração do pensamento criminoso dos indivíduos?

2 OBJETIVOS

Pretende-se com o referido trabalho expor minuciosamente como, onde e por qual motivo ocorre o delito de Lavagem de Capitais, além de demonstrar o seu

processo de ocorrência no Brasil e no mundo. Faz-se necessário também identificar as medidas assecuratórias do Processo Penal neste delito para a perfeita atuação da Polícia Judiciária. Ademais, o tema tem por escopo integrar as diferentes áreas do Direito Criminal, Legislação Criminal e Processo Criminal com a Criminologia no assunto envolvendo as cifras douradas da criminalidade, que representam os crimes hodiernamente conhecidos como de “Colarinho Branco”.

2.1 Geral

Identificar a ocorrência dos Crimes de Colarinho Branco no contexto geopolítico a fim de infirmar o processo de sua ocorrência.

2.2 Específico

Caracterizar o Crime de Lavagem de Capitais, seus ciclos/fases e o seu devido Processo Penal, além de demonstrar de forma específica a atuação da Polícia Judiciária. Tem-se também o objetivo de compreender o aspecto cultural que leva o indivíduo ao cometimento do delito e a questão da responsabilização penal e impunidade para os ricos e poderosos.

3 JUSTIFICATIVA

O tema em questão é necessário para a população, vez que os crimes contidos nas Cifras Douradas possuem tratamento diferenciado no Poder Judiciário a depender das pessoas que estão envolvidas, e isso restou cristalinamente comprovado diante da denominada “Operação Lava Jato” promovida em 2014 pela Polícia Federal ao investigar uma série de crimes envolvendo figuras poderosas. Desta forma, o tratamento diferenciado para estas pessoas é tema de revolta na sociedade que luta pela igualdade, sendo que há a ideia de que todas as pessoas deveriam pagar igualmente perante o Poder Judiciário, quando do cometimento de um crime, independentemente do seu poderio econômico ou influência política. Ademais, demonstrar minuciosamente todos os aspectos envolvendo a Lavagem de Capitais e as Cifras Douradas da Criminalidade, ajuda a sociedade perceber a complexidade e importância em combater tais crimes e compreender os motivos de existir pessoas mais favorecidas diante da responsabilização criminal.

4 REVISÃO DA LITERATURA /OU/ REFERÊNCIAS TEÓRICOS

A revisão da literatura ocorrerá sempre que uma lei nova revogar a antiga nos temas já mencionados envolvendo o Direito Criminal, Direito Processual Criminal e Legislação Criminal para que qualquer alteração seja anotada e comparada com a antiga disposição. Ademais, a revisão de obras ocorrerá sempre tendo por base diretórios acadêmicos, periódicos, doutrinas atualizadas, jurisprudências e leis recentes.

5 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa será misto, sendo quantitativo e qualitativo, com respaldo em uma forma descritiva e explicativa dos assuntos abordados. Os instrumentos de coletas de dados serão as doutrinas jurídicas tanto online como físicas, jurisprudências do site de tribunais, leis e artigos científicos publicados por autores renomados. A estratégia que será utilizada para a coleta de dados será a seguinte: Verificação por meio do próprio material das partes tidas como mais importantes e as novidades do mundo jurídico para realização de marcação de trechos de textos e integração destes com a minha escrita. O método de análise se dará mensalmente, de forma a identificar mudanças no ordenamento jurídico ou no pensamento dos autores sobre o tema em questão e ocorrerá por meio de leitura de notícias e publicações recentes sobre o Crime de Lavagem de Capitais e os demais crimes de “Colarinho Branco”. Após a coleta e integração das referências com a escrita pessoal, ter-se-á uma análise acerca da eticidade do que está sendo redigido, por meio de consultas online junto aos Comitês de Ética e grupos de Direitos Humanos.

6 CRONOGRAMA

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Pesquisa do tema	X					
Pesquisa bibliográfica		X				
Coleta de Dados (se for o caso)			X			

Apresentação e discussão dos dados				X		
Elaboração do trabalho					X	
Entrega do trabalho						X

7 REFERÊNCIAS

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação Penal Especial**, 15ª edição, São Paulo, Saraiva, 2021
- BAUTZER, Sérgio. **Legislação Penal Especial – Lei nº 9.613/1998 – Crimes de Lavagem de Dinheiro**, [S I], Livro Eletrônico – Gran Cursos Online, 2021
- BRASIL. **Lei nº 9.613/1998**, Brasília, DF, 1998
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**, 28ª edição, São Paulo, Saraiva, 2021
- CAPEZ, Fernando. **Legislação Penal Especial**, 16ª edição, São Paulo, Saraiva, 2021
- CONSERINO, Cassio Roberto; ARAÚJO, Fernando Henrique de Moraes. **Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro**, 1ª edição, Salvador, Juspodvm, 2022
- GONZAGA GOMES, Christiano Leonardo. **Manual de Criminologia**, 3ª edição, São Paulo, Saraiva, 2022
- MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**, 7ª edição, São Paulo, Saraiva, 2021
- OLIVEIRA, Natacha Alves. **Criminologia – Coleção Sinopses para Concursos**, 2ª edição, Salvador, Juspodvm, 2020
- OLIVEIRA, Natália. **Criminologia para Delegado de Polícia – Manual Caseiro**, [S I]
- PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**, 11ª edição, São Paulo, Saraiva, 2022
- RIOS GONÇALVES, Victor Eduardo; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Legislação Penal Especial Esquematizada**, 8ª edição, São Paulo, Saraiva, 2022